

ACESSIBILIDADE CURRICULAR E POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM ESCOLAS DE ÁREA RURAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Educação

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

SANTOS, S. P^{1.}; SARDAGNA, H. V^{2.}

RESUMO

O trabalho compartilha uma revisão de literatura realizada para uma pesquisa que analisa como a acessibilidade está presente nas práticas curriculares de professores, junto aos alunos com deficiência de escolas públicas da área rural do município de Gravataí/RS. A estratégia foi elencar trabalhos (teses, dissertações e artigos) que se aproximem do tema e do campo conceitual da pesquisa. O recorte temporal se deu entre 2008 e 2021 e o início foi estabelecido por ser o ano de publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A plataforma utilizada para a seleção da revisão literária foi o Google Acadêmico, com base em descritores. Os resultados mostram: discussões referentes às adaptações ou flexibilizações curriculares, com foco em práticas individualizadas; a diferença vista no processo de normalização; o Atendimento Educacional Especializado dentro da escola como mediador de ações inclusivas; as políticas públicas inclusivas como ferramenta de garantia de permanência na escola e condução da formação docente.

Palavra-chave: revisão de literatura; acessibilidade curricular; inclusão; escola em área rural.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho foi realizar uma revisão de literatura que contemplasse acessibilidade a partir de práticas curriculares de professores que atuam junto a alunos com deficiência no ensino fundamental em escolas da área rural do município de Gravataí.

2 MÉTODO UTILIZADO NA SELEÇÃO DOS MATERIAIS

A revisão se deu com a seleção de trabalhos que tenham proximidade

¹ Simone Pereira dos Santos, [aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul –UERGS]. Apresentadora do trabalho.

² Helena Venites Sardagna, Prof.^a do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Orientadora deste trabalho.

com o objetivo da pesquisa e que se utilizem de noções foucaultianas em suas análises. O recorte temporal se deu entre 2008 e 2021, sendo estabelecido este marco inicial, por ser o ano de publicação da atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

A busca se deu na plataforma Google Acadêmico, mediante os indexadores: a) Educação em área rural e inclusão; b) Adaptação curricular; c) Acessibilidade curricular; d) Educação inclusiva; e) Atendimento Educacional Especializado; f) Políticas públicas inclusivas; g) Escola inclusiva.

A análise dos materiais consistiu em verificar os títulos, palavras-chave, a leitura dos resumos, introdução e considerações finais. A classificação final dos materiais consistiu na leitura em sua íntegra, na tentativa de aprofundar sobre os assuntos abordados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram destacadas quatorze (14) pesquisas que mais se aproximam da temática em estudo, com vistas aos critérios elencados acima, em artigos, teses e dissertações. O artigo de Santos (2010) problematiza a inclusão escolar como processos educacionais a respeito da inclusão:

[...] o atual paradigma da inclusão como uma rede discursiva que parece enfatizar novas estruturas e funções da inclusão escolar e social e também da gestão educacional. Tal rede estaria implicada em novas configurações reguladoras das políticas educacionais. (SANTOS, 2010, p. 195)

A autora ainda argumenta que a inclusão é produzida na escola e para além do espaço escolar, sendo que as primeiras ações acontecem no campo pedagógico, perpassando pela vida dos sujeitos incluídos, e fazendo parte de sua vida em sociedade.

Hermes (2012) problematiza o gerenciamento das condutas docentes para atuarem no Atendimento Educacional Especializado, por práticas de governo docente na escola inclusiva. Garbini (2012) evidencia o conceito de in/exclusão e a formação docente, estabelecendo nexos com os conceitos de governamentalidade, biopoder e biopolítica.

Rios (2013) que questiona acerca da compreensão dos discursos sobre a avaliação que é colocada em funcionamento pelo serviço de AEE, na condução das condutas dos professores que atuam nesse atendimento. A autora analisa que o docente é “um docente vigilante, o qual registra seus

avanços, acompanha seus desempenhos, averiguando a necessidade ou não de AEE” (RIOS, 2013, p. 133).

Silva (2014) analisou documentos legais que contemplam a inclusão escolar, com abordagem nos modos de constituir os sujeitos sob o olhar da inclusão. Analisou a inclusão como um imperativo da governamentalidade neoliberal, que objetiva o maior número de sujeitos nas redes de mercado.

Scherer (2015) analisa discursos olhando significados a respeito das adaptações curriculares que são colocadas nos documentos legais e revistas pedagógicas. Lunardi-Lazzarin e Hermes (2015) discutem a articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva, problematizando a formação continuada dos professores e as práticas curriculares ditas inclusivas na relação com o direito à educação, na escola contemporânea.

Nozu, Bruno e Heredero (2016) mostram articulação entre a educação especial e a educação do campo e um cenário político e epistemológico entre essas duas modalidades que são historicamente marginalizadas no contexto educacional brasileiro.

Kraemer e Thoma (2018) questionam a acessibilidade como condição de acesso, participação e o desenvolvimento da aprendizagem dos sujeitos e como estratégia potente da inclusão escolar.

Santos e Sardagna (2018) analisaram dados sobre a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, em escolas públicas, enquanto discurso imperativo da inclusão, a partir das noções de biopolítica e de governamentalidade.

Rigo (2019) problematiza o enredamento entre o processo de inclusão escolar e a questão das diferenças nas práticas dos professores em escola pública de educação básica. Discute como a escola pode desenvolver uma educação em que as diferenças não sejam problema pedagógico e social.

Feitosa e Nascimento (2020) analisaram o discurso da educação inclusiva materializado em campanhas institucionais de cunho educativo, articulado com as estratégias de controle dos sujeitos, pelo biopoder.

Barbosa e Sardagna (2021, p. 1298) problematizam o caráter de naturalização da deficiência e salientam o caráter de invenção:

[...] evidencia-se que em cada contexto, há estratégias de invenção que vão constituindo modos de olhar para o sujeito com deficiência,

recorrentemente direcionando esse olhar para a conduta e para o corpo dos estudantes com deficiência.

Amaral (2021) questiona a respeito de experiências no campo da inclusão escolar a partir de diálogo com docentes acentuando o olhar clínico e corretivo, onde constatou que:

[...] diálogos demonstravam certa apologia da medicalização, com destaque para a busca por laudos e diagnósticos das crianças, com a presença de inferências sobre o uso de fármacos, suas dosagens e seus efeitos. (AMARAL, 2021, p. 14)

São práticas que se visam corrigir o “sujeito anormal”, do ponto de vista das métricas escolares, como uma tentativa de normalizar.

A revisão salienta quatro enfoques; o primeiro diz respeito às práticas de regulação e de normalização, onde tanto as políticas educacionais, quanto as práticas pedagógicas são naturalizadas; o segundo discute a produção de subjetivação nos sistemas de ensino para a inclusão, por meio de discursos e estratégias de condução das condutas de docentes ou discentes; o terceiro mostra o contexto social macropolítico e as práticas de inclusão estão vinculadas a um imperativo da governamentalidade neoliberal, onde os sujeitos são vistos pelas redes de mercado, em uma sociedade de controle; o quarto está articulado entre a interface da educação especial e a educação do campo, onde as duas modalidades são pautadas por uma proposta de educação inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão contemplou a finalidade de estabelecer relações entre estudos que contribuíssem para uma pesquisa em andamento que analisa a acessibilidade a partir de práticas curriculares de professores do ensino fundamental, em escolas da área rural do município de Gravataí.

O estudo permitiu conhecer concepções curriculares que sustentam as práticas inclusivas em diferentes contextos e estratégias utilizadas para a implementação das práticas de inclusão no espaço da escola comum.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Bruna Carla de Carvalho. **Retratos da inclusão escolar: problematização de um caso a partir da biopolítica de Michel Foucault.** Dissertação de mestrado. UNESP: Marília. 2021.

BARBOSA, Liziane; SARDAGNA, Helena Venites. O corpo da deficiência sob o olhar docente no Atendimento Educacional Especializado. **Revista Diálogo Educacional**, v. 21, n. 70, 2021.

GARBINI, Fernanda Zanette. A in/exclusão e a formação docente: uma discussão a partir dos estudos foucaultianos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 134, p. 19-30, 2012

HERMES, Simoni Timm. **O atendimento Educacional especializado como uma tecnologia de governo**: a condução das condutas docentes na escolainclusiva. Dissertação de mestrado. UFSM: Santa Maria 2012.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. Acessibilidade como condição de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 554-563, 2018.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise; HERMES, Simoni Timm. Educação Especial, Educação Inclusiva e Pedagogia da Diversidade: Celebrar a diversidade! Exaltar a tolerância! Notabilizar o respeito! Proclamar a solidariedade!. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 53, p. 531-544, 2015.

NOZU, W. C. S.; BRUNO, M. M. G., & Sebastián; HEREDERO, E. (2016). Interface educação especial - educação do campo: diretrizes políticas e produção do conhecimento no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 11(esp.1), 489–502.

RIGO, Neusete Machado. Inclusão escolar: um olhar sobre as formas de conviver com o outro. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 21, n. 2, p. 495-512, 2019.

RIOS, Grasiela Maria Silva et al. **Avaliação em educação especial: tecnologia de governo no atendimento educacional especializado**. Dissertação de mestrado: Santa Maria. 2013.

SANTOS, Iolanda U. Montano dos. **Inclusão escolar e a educação para todos** 01/01/2010 229 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Educação, 2010.

SANTOS, Daiana Bastos; SARDAGNA, Helena Venites. Enredo discursivo: dizeres dos sujeitos abarcados pelo atendimento educacional especializado na região Litoral Norte/RS. **Trajetória Multicursos**, v. 7, n. 2, p. 38-57, 2018.

SCHERER, Renata Porcher. **“Cada um aprende de um jeito”**: das adaptações às flexibilizações curriculares. Dissertação de mestrado. UNISINOS: São Leopoldo. 2015.

SILVA, G. R; HENNING, P. C. Entre leis, decretos e resoluções. A inclusão escolar no jogo neoliberal. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 843-864, set./dez. 2014.